



TURISMO ACESSÍVEL: AVALIAÇÃO DOS MUSEUS DE SÃO BORJA NA REGIÃO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL

Cláudio Gabriel Soares Araújo
Kellem Paula Rohã Araujo
Carmen Regina Dorneles Nogueira

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a avaliação da acessibilidade nos museus de São Borja. Estes equipamentos são destinados a atender a demanda do turismo e a demanda local de visitantes. Para esta avaliação foram desenvolvidas quatro etapas: a primeira foi realizada através de estudos sobre: acessibilidade, turismo e legislação; a segunda etapa consistiu numa pesquisa de campo que utilizou método misto com a observação direta e sistematizada das características físicas dos museus através da aplicação dos modelos de questionários apresentados pelo Ministério do Turismo no Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos; a terceira etapa foi à análise dos dados obtidos durante a pesquisa de campo; na etapa final foi realizada a construção teórica contendo a pesquisa e os principais resultados obtidos. A avaliação mostrou que os esforços realizados para promover acessibilidade ainda se mostram insuficientes para atender a legislação e as necessidades da pessoa com deficiência, mesmo que alguns destes equipamentos recebam visitantes nesta condição. Contudo notou-se que o Museu de Casa Getúlio Vargas e o Memorial João Goulart estão em melhor condição de atender pessoas com deficiência, pois estes passaram por reformas que, entre outras realizações, lhes conferiram recursos de acessibilidade, enquanto que o prédio do Museu Municipal Apparício Silva Rillo e o Museu Ergológico da Estância carecem de adaptações para melhor atender pessoas com deficiência. Por consequência desta avaliação, entende-se que a administração pública deve realizar investimentos na infraestrutura destes equipamentos para então oferecer produtos e serviços de qualidade aos turistas e visitantes.

Palavras-chave: Acessibilidade. Equipamentos de turismo. Inclusão Social. Leis.

1. INTRODUÇÃO

Localizado no oeste do Rio Grande do Sul, São Borja é um município que pela sua formação e desenvolvimento é considerada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul como uma “Cidade Histórica”, conforme o Decreto Nº 35.580, de 11 de outubro de 1994. De acordo com o site do IBGE (2018) a população do município é de 60.557 habitantes, possui economia baseada na agricultura e pecuária, busca no turismo uma alternativa para alavancar seu desenvolvimento e consagrar-se em âmbito regional, nacional e internacional como um “destino turístico”.



Um dos principais componentes de um destino turístico são os atrativos oferecidos pela cultura, paisagem natural, história e memória, presentes no lugar. Eles têm a responsabilidade de despertar o desejo dos turistas em conhecer uma localidade pelo que ela tem a oferecer. Em São Borja, estes atrativos são formados pelo conjunto de elementos do patrimônio cultural material e imaterial que valorizam a história desde o período da colonização, passando período da imigração chegando aos dias de hoje. Dentre as marcas de sua evolução histórica destacam-se o legado da colonização espanhola representada pelas Missões Jesuíticas Guarani, os conflitos e guerras tanto em âmbito regional como internacional, a herança política que deixou marcas na história do país, a dinâmica das relações internacionais e o apego às tradições gaúchas.

Na tentativa de atrair turistas e visitantes, os gestores municipais têm promovido investimentos na infraestrutura do município e promovido o resgate e a valorização de sua origem. Sua localização geográfica na fronteira com a Argentina e sua origem histórica como primeiro dos Sete Povos das Missões implantado no chamado “segundo ciclo” da História das Missões Jesuíticas, ocorrido no território que hoje pertence ao Rio Grande do Sul, o fato de ser a cidade natal dos ex-presidentes Getúlio Dorneles Vargas e João Belchior Marques Goulart que lhe deu o reconhecimento nacional como a “Cidade dos Presidentes” e, por fim, a preservação das tradições gaúchas, que no dia 5 de dezembro de 2017, lhe rendeu o título de “Capital Gaúcha do Fandango”.

Os equipamentos urbanos de turismo têm como finalidade a preservação e divulgação da história da cidade e a história de seus personagens ao mesmo tempo em que promove aos turistas um contato com a população local e seus costumes. Para que haja a inclusão social, é necessário que as pessoas com deficiência possam desfrutar dos espaços públicos em condições de igualdade com as demais. Sendo assim, é preciso observar as condições e, caso necessário realizar melhorias visando proporcionar qualidade nos serviços oferecidos para atender a demanda de visitantes em locais como: os prédios da administração pública e do legislativo municipal, monumentos, museus, bibliotecas, fontes missionárias, cemitérios, estação rodoviária, praças e parques.

Ao estudar a legislação vigente relativa à acessibilidade foi possível entender quais aspectos representam qualidade nos serviços oferecidos às pessoas com deficiência (PCD) e quais os recursos necessários para que estas pessoas possam visitar os espaços públicos destinados a atender a demanda do turismo. Percebeu-se ao avaliar os museus de São Borja que a infraestrutura quando não acessível pode dificultar e até mesmo impedir as pessoas com deficiência de desfrutar com autonomia tais espaços públicos. Através do Estatuto da Pessoa



com Deficiência regulamentado pela Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, a pessoa com deficiência é definida como:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL 2015, p.3)

Buscando proporcionar igualdade entre as pessoas, atualmente os projetos e obras contemplam recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência, proporcionando mais qualidade de vida e inclusão social. Assim, em 2015, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabeleceu uma série de critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade, através da NBR 9050.

No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais. (ABNT, 2015, p.1)

A NBR-9050 visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou mesmo limitação de percepção. A ABNT, através da NBR-16537 estabeleceu os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para elaboração do projeto a instalação de sinalização tátil no piso, seja para construção ou adaptação de edificações, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual ou surdo-cegueira, também corroborando para a promoção de segurança, orientação e mobilidade a todas as pessoas, principalmente àquelas com deficiência visual ou surdo-cegueira. (ABNT, 2016, p.1)

Considerando a necessidade de inclusão social com participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições, deve-se considerar à potencialidade e capacidade das pessoas com deficiência de: estudar, trabalhar, viajar e utilizar serviços públicos, inclusive serviços turísticos, buscou-se avaliar a acessibilidade nos museus de São Borja elaborando um guia descritivo da acessibilidade destes espaços públicos, com o objetivo de fazer despertar na administração municipal a necessidade de cumprir com a legislação.



Este trabalho de pesquisa proporcionou a percepção dos muitos investimentos realizados pela administração pública para manter os museus em condições de oferecer serviços de qualidade à população, no entanto também se percebeu a necessidade de implantar recursos de acessibilidade que atendam à pessoa com deficiência. Por este motivo buscou-se conhecer a legislação vigente para então avaliar a qualidade dos serviços oferecidos às pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida.

Além desta seção introdutória, o trabalho conta a metodologia empreendida na pesquisa e um breve referencial teórico que apresenta o turismo e a identidade do lugar, logo a seguir traz um breve relato sobre os museus da cidade e aspectos sobre acessibilidade e qualidade. O resultado e discussão apresentam os dados coletados durante a pesquisa de campo e as considerações com base na legislação e em especial na NBR 9050. As Considerações Finais apresentam a visão do autor reconhecendo o trabalho já realizado para promover a acessibilidade dos espaços públicos, mas também faz lembrar a administração pública municipal de suas responsabilidades em realizar ações necessárias para inclusão social e fornecimento de bens e serviços de qualidade à pessoa com deficiência. Ao finalizar, as referências trazem a literatura e demais documentos estudados durante a pesquisa.

2. METODOLOGIA

Ao início dos trabalhos se fez uma pesquisa bibliográfica e documental. Esta pesquisa utilizou métodos qualitativos, exploratórios e descritivos com o objetivo de melhor compreender termos como: turismo, acessibilidade, pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, inclusão social, mobilidade urbana, espaços públicos, entre outros. Logo em seguida, buscou-se encontrar, na legislação vigente, os respectivos padrões de qualidade dos serviços oferecidos a pessoa com deficiência nos espaços públicos destinados a atender a demanda do Turismo.

De acordo com Deslandes (2012, p.21), a pesquisa qualitativa descritiva deve “se ocupar das ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Por este motivo buscou-se explorar o tema para então realizar uma descrição das relações do Estado por meio das instituições e políticas públicas do setor de turismo. Gil (2008), explica que as pesquisas exploratórias “habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”; o autor afirma, ainda, que estas pesquisas costumam “não aplicar procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados”. (GIL, 2008, p.27)



No que pertence ao caráter descritivo, Gil (2008, p.28) aponta que pesquisas desta natureza têm como objetivo “a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. (GIL, 2008, p.28)

Entre as fontes de pesquisa utilizadas estão publicações digitais e impressas, constituídas em sua maioria por recursos bibliográficos. Quanto a legislação utilizada destaca-se: a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 e a ABNT NBR 9050.

A avaliação da acessibilidade deu-se através da coleta direta de dados pela aplicação dos modelos de questionários do Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos, apresentados pelo Ministério do Turismo (2011, p. 18-22). Sendo eles: a) Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade: Dados Gerais da Organização/Estabelecimento; b) Roteiro de Inspeção – Verificação da Acessibilidade da Edificação; e, c) Roteiro de Inspeção – Verificação da Acessibilidade do Passeio Público.

A avaliação foi realizada nos Museus: Casa de Getúlio Vargas, Memorial João Goulart, Museu Municipal Aparício Silva Rillo e Museu Ergológico de Estância. Estes equipamentos turísticos retratam parte da história, da cultura, dos personagens e da própria identidade do lugar através de artefatos como: monumentos, estátuas, bustos, vestimentas, ferramentas, ornamentos, documentos entre outros itens capazes de despertar a atenção dos visitantes.

De acordo com Deslandes (2012, p.21), a pesquisa qualitativa descritiva deve “se ocupar das ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Por este motivo a descrição da realidade tem mais clareza e maior número de informações do que os percentuais apresentados através da avaliação, item a item, contidos no Roteiro de Inspeção da Acessibilidade da Edificação.

De acordo com Gil (2008) as pesquisas descritivas apresentam,

[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. (GIL, 2008, p. 28)



Neste mesmo contexto, Michel (2009), afirma que na pesquisa qualitativa, “a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente” (MICHEL, p. 37, 2009). Assim, foi coletado o maior número de informações capazes de serem agrupadas e comparadas entre si e com as exigências da legislação e da NBR 9050.

Durante este processo foi possível perceber a dificuldade que a administração municipal tem de fornecer produtos e serviços com qualidade e que satisfaçam as exigências legais e as necessidades de recursos de acessibilidade para as pessoas com deficiência fazendo com que estas encontrem dificuldades para se deslocar livremente pelos espaços públicos destinados a atender a demanda do turismo e aos visitantes locais. Entende-se por demanda, “a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem comprar a um dado preço em um dado tempo”. (BENI, 1998, p.164)

Caberão a partir de agora aprofundar os conhecimentos a respeito dos direitos da pessoa com deficiência, ampliar a avaliação para outros espaços públicos destinados ao Turismo na cidade de São Borja e mesmo às demais cidades erigidas na região dos Sete Povos das Missões. Pretende-se também que esta avaliação possa ser levada a conhecimento da administração pública e servir de apoio à tomada de decisão por parte dos gestores públicos no sentido de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos as pessoas com deficiência.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi dividido nas seguintes subseções: Turismo, que apresenta alguns conceitos e considerações desta temática; A Identidade do Lugar; Os Museus de São Borja, que apresenta um pouco da história do período Reduacional Jesuítico e dos ex-presidentes Getúlio Dorneles Vargas e João Belchior Marques Goulart; e, Acessibilidade e Qualidade, que apresenta alguns direitos da pessoa com deficiência concedida pela legislação vigente.

A pesquisa teve como objeto principal de estudo os museus. No entanto, este trabalho poderá ser ampliado aos demais espaços públicos destinados a atender a demanda do turismo em São Borja e mesmo às demais cidades erigidas na região dos Sete Povos das Missões.

3.1 Turismo

A definição de turismo não é consensual nem homogênea. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo “é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino”, assim como “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”. (OMT, 2001, p.3). Para Beni (1998, p.53) “o turismo é uma prática social da vida humana e encontra seu dinamismo enraizado numa experiência da pessoa, do nomadismo e do anseio de superação”. Já Ignarra (2003) entende que a prática social descrita por Beni é um fenômeno social que:

[..] consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (IGNARRA, 2003, p.13)

A partir destes autores, pode-se compreender que o turismo é praticado por pessoas que saem de suas localidades por motivos diversos, mas que se depara com aspectos culturais e ambientais, com a história do lugar contada através de diversas dimensões: da arquitetura, dos recursos naturais, da música, das danças e do artesanato.

De acordo com a OMT (2001, p.43), a oferta turística é definida como: “o conjunto de produtos turísticos e serviços postos à disposição do usuário turístico num determinado destino, para seu desfrute e consumo”. Entre elas podemos destacar: hotéis, restaurantes, agências de viagens, estações, praças, parques, museus, bibliotecas e outras.

Assim, o turismo é integrado por elementos como empresas de transporte, hotéis, serviços de alimentação e hospedagem, restaurantes, equipamentos turísticos que são os atrativos às pessoas que viajam de suas localidades por motivos diversos, pessoas que consomem produtos e serviços. Os turistas também utilizam outros serviços não turísticos, mas que agregam valor as localidades e que podem gerar vantagem competitiva na escolha do destino a ser visitado. Estes serviços não turísticos incluem agências bancárias, supermercados, hospitais, bancas de jornal e revistas e outros.

De acordo com Barbosa,

Competitividade de produtos turísticos é a capacidade de um determinado produto turístico proporcionar ao turista uma experiência positiva e,



consequentemente, impulsionar a geração de negócios nas atividades econômicas relacionadas ao turismo em um ou mais segmentos turísticos. (BARBOSA, 2011, p.29)

Assim, além de proporcionar atrativos turísticos é necessário torná-los capazes de atender requisitos de qualidade que possam interferir na escolha das pessoas que demandam por serviços de turismo. Cabe também a administração pública proporcionar recursos de acessibilidade nos espaços públicos colaborando para que os visitantes tenham uma experiência positiva e escolham por retornar ou indicar a outras pessoas.

3.2A Identidade do Lugar

Os museus da cidade de São Borja apresentam temáticas que veem de encontro ao arranjo de identidades presentes no lugar. Este arranjo de identidades é constituído por fragmentos do patrimônio cultural material e imaterial advindos da origem, da história e da própria localização geográfica do município.

Yázigi (2001, p.24), expõe que antes mesmo de falar em identidade é necessário abordar sobre a personalidade do lugar, afirmando que esta é sempre o tipo de arranjo que se faz com os mais diferentes traços de identidade.

[...] a personalidade, ou o conjunto de identidades do lugar, na vida cotidiana, tem sido entendida como relações sociais, instituições, arquitetura, urbanismo e toda a cultura material; costumes e vários outros itens que se repetem em todas as partes, como bem nos dão conta a sociologia, a antropologia e a etnologia. (Yázigi, 2001, p.30)

Assim, o lugar turístico se apresenta como o espaço e o momento único de uma experiência real e direta, esse lugar nos apresenta: formas, cores, texturas, sons, luz e contrastes diferentes que podem caracterizar a cultura étnica, religiosa, laboral, valores e costumes praticados e aceitos pela totalidade das pessoas residentes ou apenas por uma parte delas.

De acordo com Pinto (2010),

A identidade pode ser conceituada como a fonte de significado e experiência de um povo, marcada pela diferença e por símbolos em geral materializados. Essa materialização da identidade acaba gerando produtos do sentir, do pensar e do agir humanos, ou seja, potencializa bens do patrimônio histórico-cultural (material e imaterial). (PINTO, 2010, p. 08)



Para entendermos a identidade do lugar, se recorre aos elementos do patrimônio material e imaterial contidos nas histórias transmitidas de geração em geração, na história contida nos livros, na arquitetura, nas obras de arte, na maneira de relacionamento das pessoas com seus semelhantes, com a natureza, com as culturas e criações. Mesmo que a globalização imponha algumas características na linguagem e nos sinais, nas técnicas de cultivo e de produção, na arquitetura, nas máquinas e equipamentos, nos materiais e tendências, cada lugar tem suas peculiaridades, seu clima, relevo, sua história, sua cultura e suas crenças que se tornam atrativos para pessoas que buscam por novas experiências e conhecimento.

Para Yázigi, “a percepção do lugar pode ser científica ou cultural, mas sua configuração física se dá, sobretudo por meio da arquitetura e do urbanismo, neles incluindo o sentido paisagístico.” (Yázigi, 2001, p.189)

Na cidade de São Borja esse arranjo de identidades é composto em parte do orgulho de sua vertente jesuítica como a primeira dos Sete Povos das Missões, porém sua arquitetura original foi quase que por completo apagada consequência de vários acontecimentos, entre eles pode-se destacar: a guerra guaranítica, os saqueadores que vieram atrás das riquezas jesuíticas, a invasão de Andrezito Artigas por volta de 1817, a Guerra do Paraguai, a reconstrução da própria cidade com suas novas etnias e culturas aqui inseridas com seus valores e crenças sobre o mesmo palco numa sucessão formativa da história.

Neste arranjo encontra-se o período político que influenciou Getúlio Vargas e João Goulart a lançarem-se na vida política. Suas virtudes e conquistas trouxeram um novo motivo de orgulho e até mesmo de disputa entre as pessoas que viviam e vivem atualmente neste lugar.

O desenvolvimento da pecuária que se iniciou ainda na redução jesuítica e tempo mais tarde nas sesmarias e que permanece até os dias de hoje em propriedades rurais que se dedicam a produção de gado bovino, ovino entre outras criações. Com o desenvolvimento da agricultura vieram também descendentes de imigrantes italianos e alemães, entre outros, que aqui se fixaram e ajudaram a desenvolverem a economia local, trazendo consigo suas crenças e sua religião.

Também não poderia deixar de refletir sobre a relação dos habitantes de São Borja com os “hermanos” de Santo Tomé na Argentina, do “comércio formiga” de outrora e dos passes de barca pelo Rio Uruguai que ficou no passado com a construção da ponte internacional em 1997 criando um novo caminho para o comércio internacional, aproximando

as comunidades através das crenças, da danças, da língua, desenvolvendo aspectos culturais em ambos os lados do Rio Uruguai que separa e, ao mesmo tempo, une duas cidades gêmeas não somente pela proximidade mas inclusive na sua origem jesuítica.

Para ilustrar esta diversidade de identidade cultural da cidade de São Borja, apresento o resultado de uma pesquisa realizada em 2014, coordenada pela Professora Eliane Coelho, que entrevistou 359 pessoas em diversos bairros da cidade obtendo como resultado: 47,07% das pessoas se identificaram como Terra dos Presidentes, 30,36% como São Borja Missioneira, 21,44% como Fronteira e 1,13% não deram opinião.

Conhecer a maneira com que as pessoas se sentem e a percepção do arranjo da identidade de um lugar é importante para o planejamento do turismo e para se buscar afinidades com outras cidades ou lugares próximos capazes de juntos atraírem visitantes.

3.3 Os Museus de São Borja

Neste item apresentaremos os museus existentes na cidade de São Borja cuja administração e posse pertencem a Administração Pública, são eles: o Museu Municipal Apparício Silva Rillo, o Museu Casa de Getúlio Vargas e Memorial João Goulart. Assim como se apresentará o Museu Ergológico da Estância que é propriedade particular, de uso público e que recebe apoio governamental para seu funcionamento através da cedência de um servidor responsável pelo atendimento ao público.

O Museu Municipal Apparício Silva Rillo, conhecido como “Museu Missioneiro” devido a este manter, em exposição permanente, 38 raríssimas peças de escultura missioneira do período reducional e motivos religiosos em arte barroca. O Museu foi instalado no prédio atual em 1969, com o objetivo de ser um espaço de resguardo à exposição de peças relacionadas à história da cidade.

Em 1974 passou a denominar-se Divisão de Biblioteca, Museu e Arquivo Municipal. De acordo com a Lei Municipal nº 2559/1997, passou a denominar-se Museu Municipal Apparício Silva Rillo, como forma de homenagear o poeta, compositor e historiador que muito se dedicou a história de São Borja.

O museu tem como Missão: tornar-se um local de intercâmbio entre pessoas, culturas e conhecimentos, através da divulgação e valorização da história missioneira de São Borja, preservando assim, por meio de ações culturais, que atuam e interagem com a sociedade de São Borja, de forma dinâmica e contemporânea, amparada através de estudos e pesquisa.



O segundo museu a ser abordado é o Museu Casa de Getúlio Vargas, cuja construção foi realizada ainda no ano de 1910. O terreno foi presente de casamento de seu pai Manuel do Nascimento Vargas.

Em março de 1911, após Getúlio se casar com dona Darcy Sarmanho Vargas, mudou-se para o local onde nasceram os cinco filhos do casal. A casa é testemunha do início da trajetória política que transformou Getúlio Vargas em líder nacional. Foi nela que, já eleito deputado estadual, advogava e participava da política local. Vargas encerraria seu período de residência na casa de São Borja em 1923, quando assumiu a cadeira de deputado federal, fixando a partir de então, residência no Rio de Janeiro com toda a família.

A casa sempre permaneceu com à família Vargas. No ano de 1982 o filho mais velho, Luthero Vargas, idealizou o museu em forma de associação entre amigos. Logo depois, Luthero compra parte de seus irmãos e doa para a Prefeitura Municipal de São Borja em 1984 passando a responsabilidade pela de sua manutenção para o município. (SOARES. et al. 2018)

É térrea, edificada em alvenaria de tijolos, implantada sobre o alinhamento do passeio público. A fachada principal possui características ecléticas, com elementos decorativos em massa, como pilastras, cimalkas, molduras de portas e janelas. É uma fachada simétrica, com a porta principal no eixo central e duas janelas laterais com caixilhos de vidro. A cobertura original era em telhas francesas, depois substituídas por telhas de zinco.

Atualmente funciona no prédio anexo ao Museu Casa de Getúlio Vargas, uma biblioteca contendo um acervo de aproximadamente 1.050 livros. Restam ainda, como remanescentes da memória de Vargas, uma escrivaninha e uma urna confeccionadas a pedido da Presidente, para simbolizar a União Nacional, onde dirigentes de cada estado depositaram uma porção de terra de sua região. (IPHAE, 1994)

O Memorial João Goulart está instalado na casa que pertenceu à família do ex-presidente da república. Trata-se de uma casa de esquina, com portão alto, construída em alvenaria e coberta com telhas de barro. Fachada de características ecléticas, se sobressaindo no entorno. A residência reflete o nível sociocultural dos proprietários da época. A casa foi construída em 1927 e nela o ex-presidente João Goulart, conhecido como Jango, viveu sua infância e juventude. Em diferentes períodos estiveram no local, personagens de destaque da nossa história, como o próprio Getúlio Vargas, que influenciou profundamente Jango em sua visão política. (IPHAE, 1994)

Por fim, o Museu Ergológico da Estância foi criado em 1982 pelo grupo amador de arte “Os Angueras”, com a ideia inicial de preservar objetos e móveis antigos para que as futuras



gerações pudessem conhecê-los. O museu é ergológico, pois seu tema central é o trabalho e a herança material do povo campeiro nas estâncias da região das missões e fronteira.

O acervo formou-se a partir da doação dos amigos do grupo que se reuniam no salão Os Angueras para eventos como bailes e cafés coloniais cujo ingresso era um objeto antigo. Com o passar do tempo, começaram a serem doados: mobiliários, máquinas e peças de maior tamanho compondo o que hoje representa a vida na estância contada no Museu Ergológico da Estância. (SOARES. et al. 2018)

3.4 Acessibilidade e qualidade

Com base no Censo 2010, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República apresentou as seguintes informações com relação à população brasileira. Segundo a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, atualmente “8,3% da população brasileira apresenta pelo menos um tipo de deficiência severa, sendo: 3,46% deficiência visual, 1,12% com deficiência auditiva severa, 2,33% com deficiência motora severa e 1,4% com deficiência mental ou intelectual”. (BRASIL, 2010, p.6)

De acordo com a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, em seu Art. 3º, estabelece que:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p.1)

As pessoas com deficiência para exercerem participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas carecem de recursos de acessibilidade nos espaços públicos. No Preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, aos Estados Partes, assumem que:

v) Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2012, p.25)

Estes direitos são também contemplados através do Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015,



Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar às pessoas com deficiência. Com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e À maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habitação e a reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao turismo, ao lazer, à informação, a comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL 2015, p.3)

Desta forma, o Estado, sociedade e família, devem assegurar às pessoas com deficiência a inclusão social através da promoção da acessibilidade, permitindo-lhes a participação de forma plena dos aspectos da vida, com autonomia e segurança seja no uso dos transportes, acesso a informação e comunicação, usufruindo os serviços oferecidos a população, acessando edifícios, rodovias, meios de transporte, escolas, residências, instalações médicas e locais de trabalho. Devem também ter acesso a serviços de emergência, às instituições públicas e demais espaços públicos ou de uso público.

Os direitos das pessoas com deficiência promovem a inclusão em três níveis: Integração Social, Inclusão Social e Inclusão Educacional. Para melhor entender estes termos o Ministério Público do Trabalho (2011), apresenta as seguintes definições:

Integração Social – processo de favorecimento da convivência de alguém tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste processo a pessoa portadora de deficiência, por seus próprios meios esforços, busca integrar-se à sociedade, que, simplesmente a recebe, sem ter se preparado para tanto.

Inclusão social - processo mais aperfeiçoado de favorecimento da convivência de alguém tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste caso, a sociedade se prepara e se modifica para receber a pessoa portadora de deficiência, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte e cultura).

Inclusão educacional - possibilidade de a criança ou adolescente portador de deficiência frequentar cursos regulares de ensino, e não apenas escolas de educação especial. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2011, p. 14-15)

Trata-se de um público que demanda por inclusão social. É necessário que haja integração com as demais pessoas em meio a sociedade e principalmente com relação a inclusão educacional proporcionando as pessoas com deficiência oportunidades diversas, inclusive acesso ao mercado de trabalho.

Quanto aos recursos de acessibilidade nas praças e parques de São Borja, podemos destacar os requisitos da NBR 9050 contidos nos itens a seguir:



8.5.3 Parques, praças e locais turísticos.

8.5.3.1 Sempre que os parques, praças e locais turísticos admitirem pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados, estes devem ser acessíveis.

8.5.3.2 Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente. (NBR 9050, 2015, p.87)

Além de atender estes requisitos, é necessário observar para que haja rotas acessíveis com piso adequado à locomoção de pessoas com mobilidade reduzida. À medida que sejam implantados recursos de acessibilidade nos museus e demais atrativos turísticos de São Borja, a cidade poderá tornar-se um destino desejado por famílias, grupos e por pessoas com deficiência na procura de oportunidade de turismo e de uma experiência positiva.

As entidades públicas e privadas devem oferecer instalações adequadas quanto a acessibilidade para as pessoas com deficiência, oferecendo também atendimento por pessoas qualificadas, que venham a satisfazer suas necessidades, devem oferecer locais devidamente sinalizados que permitam a comunicação e o entendimento por parte da pessoa com deficiência, seja através de sinalização em braile, por letores e intérpretes profissionais da língua de sinais e que possam realizar um serviço mais humanizado. No que se refere ao direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, programas de televisão, cinema, teatro, museus, bibliotecas, e serviços turísticos, acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional e outras atividades culturais, (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2012, p. 58)

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após ter sido realizada a coleta direta de dados pela aplicação dos modelos de questionários do Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos, foi possível identificar os investimentos já realizados pela administração pública. Também se constatou que os recursos de acessibilidade são insuficientes para tornar estes espaços públicos acessíveis de acordo com a legislação vigente.

Para melhor ilustrar esta avaliação se buscará apresentar algumas das características relevantes pertencentes a cada um dos espaços públicos avaliados. Para isso levou-se em consideração a análise dos dados coletados, através dos quais foi possível identificar a necessidade de maiores investimentos para que os espaços públicos avaliados tenham os recursos de acessibilidade necessários para melhor atender a pessoa com deficiência na condição de mobilidade reduzida.



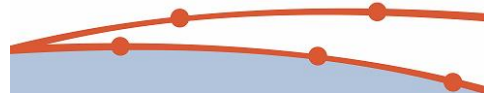
De acordo com a pesquisa na legislação vigente, o gestor público tem a necessidade de adotar medidas ao construir ou reformar as edificações para que estas tenham os requisitos mínimos de acessibilidade para atender pessoas com deficiência. No entanto, não se desejam aqui realizar uma avaliação métrica rigorosa com base nos princípios da engenharia civil exigências da NBR 9050, mas sim utilizá-la junto a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência para confrontar os dados obtidos na pesquisa de campo e as exigências legais.

O espaço público a que se ateve a análise é o meio onde ocorre a recepção dos visitantes, é nele que as pessoas utilizam parte de seu tempo enquanto turistas ou visitantes, pois o espaço apresenta o lugar, seus personagens, sua história, sua cultura e valores, com acessos gratuitos ou possuindo um custo baixo de visitação. Neste mesmo espaço, há a ação das pessoas envolvidas no atendimento ao público, devendo ter a sensibilidade de perceber as dificuldades e encontrar maneiras de saná-las sem constranger as pessoas com deficiência, permitindo-lhes autonomia e dignidade ao realizar a visitação em tais ambientes, a hospitalidade e a cordialidade devem ser constantes.

No Museu Getúlio Vargas é perceptível que na sala onde contém a urna que foi utilizada temporariamente para guardar os restos mortais de Getúlio Vargas apresenta um pequeno desnível que dificulta o acesso com autonomia para uma pessoa em cadeira de rodas, fato que poderia ser perfeitamente resolvido com uma rampa móvel capaz de ser utilizada sem prejuízo aos demais visitantes e sem alterar a condição do piso original. No entanto, uma pessoa em cadeira de rodas teria dificuldades em realizar rotação de 180º para retornar, pois o espaço é menor que o recomendado pela NBR 9050 (p.8) que é de 1,5m, havendo também a necessidade de realocar a mobília neste ambiente.

Em seu ambiente externo, o Museu Getúlio Vargas tem a acessibilidade prejudicada, pois não há uma calçada rebaixada que promova a concordância de nível entre a calçada ou passeio e o carroçável da Avenida Presidente Vargas. Fato que também ocorre nos demais museus. No entanto, estes locais apresentam rampas de acesso entre o carroçável das vias e o passeio público destinado aos pedestres. No interior dos museus não possuem mapas ou sinalizações táteis, nem mesmo há informações utilizando sinalização Braille.

O Quadro 1 apresenta a avaliação dos acessos externos à edificação de acordo com o Roteiro de Inspeção.



Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Museu Municipal Apparício Silva Rillo	Museu Casa de Getúlio Vargas	Memorial João Goulart	Museu Ergológico da Estância
Acessos externos à edificação	estado de conservação das calçadas	regular	regular	regular	regular
	especificação do tipo de piso externo (calçadas)	antiderrapante e trepidante	antiderrapante e trepidante	antiderrapante e trepidante	antiderrapante e trepidante
	guias rebaixadas	inadequada	inadequada	inadequada	inadequada
	rampas acessíveis	adequadas	adequada	adequada	adequada
	sinalização tátil de alerta em interferências	inexistente total	existente parcial	inexistente total	inexistente total

Quadro 1: Mapeamento da Acessibilidade – Acessos externos à edificação.

Durante a restauração e ampliação do Museu Getúlio Vargas, reinaugurado em 3 de julho de 2015, foi construído um prédio para administração do museu. Nele foi devidamente depositada uma reserva técnica de aproximadamente 1.050 livros e documentos pertencentes a Getúlio Vargas. Assim como, foi construída uma biblioteca contendo inúmeras obras que relatam a trajetória social e política de Getúlio Vargas. O acervo da Reserva Técnica pode ser utilizado por estudantes e pesquisadores através de agendamento enquanto que as demais obras da biblioteca são de livre acesso ao público.

Durante a ocorrência de fortes ventos houve o desprendimento e queda de parte da fachada do Museu Getúlio Vargas, devido a isto, a porta principal não esta sendo utilizada como acesso ao prédio, dessa forma a rampa de que leva a porta lateral passa a ser o acesso principal prédio, o que torna todos os visitantes iguais não havendo distinção quanto à acessibilidade. Esta edificação é térrea não possuindo degraus em seu interior, porém o prédio da Administração do Museu possui dois andares, fato que exigiu a construção de escadas e instalação de um elevador permitindo a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No prédio da Administração, os sanitários destinados ao uso público possuem dois boxes destinados às pessoas com deficiência. Possuem área de transferência para a bacia sanitária com barras horizontais na lateral e no fundo para apoio e transferência, afixadas a 0,80m de altura do piso conforme especificado na NBR 9050, possui barras horizontais na pia e nas portas dos respectivos boxes.

O Quadro 2 apresenta a avaliação dos sanitários de acordo com o Roteiro de Inspeção.

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Museu Municipal Apparício Silva Rillo	Museu Casa de Getúlio Vargas	Memorial João Goulart	Museu Ergológico da Estância
Sanitários	quantidade de sanitários acessíveis	atende a recomendação legal	atende a recomendação legal	inferior ao mínimo legal	inexistente
	localização de acordo com a edificação	rota acessível	rota acessível	inexistente	inexistente
	disposição dos acessórios	parcialmente dentro da faixa de alcance	dentro da faixa de alcance	parcialmente dentro da faixa de alcance	inexistente
	instalação das barras de apoio	existe local adequado apenas no vaso sanitário	existe local adequado no vaso sanitário e lavatório	existe local adequado apenas no vaso sanitário	inexistente
	largura da porta	entre 80 cm e 89 cm	entre 80 cm e 89 cm	entre 80 cm e 89 cm	entre 80 cm e 89 cm
	acessórios adequados da porta	inexistente	existente	inexistente	inexistente

Quadro 2: Mapeamento da Acessibilidade – avaliação dos sanitários.

O piso trepidante das calçadas externas e a existência de rampas nos museus de São Borja não são impedimento para pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida. No entanto, cabe aqui ressaltar que uma pessoa com mobilidade reduzida, sendo esta incapaz de subir degraus de escadas, ou ainda, uma pessoa em cadeira de rodas, encontrará dificuldades no Memorial Casa de João Goulart, pois este apresenta no acesso principal, três degraus de escada que levam do passeio público a recepção e no interior do imóvel há três degraus de escada que levam a uma varanda. A visita poderá ser realizada acessando primeiramente o jardim, utilizando a rampa de acesso lateral que leva ao primeiro cômodo da casa na entrada principal e a partir deste local visitar outros ambientes, devendo esta pessoa sair e retornar por onde entrou e acessar novamente o prédio através da própria varanda e, somente assim poderá visitar, de maneira autônoma, todos os cômodos da casa onde viveu o ex-presidente. Nesta varanda junto à cozinha ocorrem exposições, projetos culturais e oficinas de música que utilizam um piano de cordas que pertenceu à família de João Goulart.

O sanitário existente no interior da casa não é adaptado, porém é possível utilizar um banheiro adaptado no interior da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer localizado em anexo ao Memorial João Goulart. Este sanitário apresenta a porta com largura

entre 80 cm e 89 cm e possui espaço de transferência com as barras de apoio junto à bacia sanitária como recursos de acessibilidade.

O Museu Apparício Silva Rillo é construído em um único pavimento o que não gera maiores dificuldades de locomoção a pessoas com deficiência, divide o mesmo prédio da Biblioteca Municipal é o único que dispõe de um local capaz de acomodar um grupo maior de visitantes durante a espera pela visitação, já que o museu não permite a visita simultânea de grupos numerosos devido à disposição das obras e do pouco espaço de circulação. A visitação em pequenos grupos favorece pessoas com mobilidade reduzida, dando-lhes oportunidade de desfrutar de uma boa visita sem constrangimentos.



Figura 1: Vista parcial do interior do Museu Municipal Apparício Silva Rillo. **Fonte:** SOARES. et al. (2018)

O museu apresenta banheiros adaptados, porém não contemplam todos os itens exigidos pela NBR 9050, pecam por manter armários em seu interior utilizando o espaço de transferência reservado para uma pessoa em cadeira de rodas. Também não possui barras de apoio vertical e horizontal, espelhos inclinados e maçanetas do tipo alavanca.



Figura 2: Pisos táteis, sinalização de trânsito, sinalização vertical e Símbolo Internacional de Acessibilidade – Museu Casa de Getúlio Vargas. **Fonte:** SOARES. et al. (2018)

Apesar da existência de faixas de travessia de pedestres com rampas, algumas se encontram em más condições de manutenção e identificação além do mais, algumas não possuem as medidas e qualidade de acordo com a NBR 9050 devido às irregularidades no piso ou na ligação entre a rampa e o carroçável da via onde deveria ter uma faixa de segurança, o que nem sempre ocorre. Nos museus Casa de Getúlio Vargas e Museu Municipal Apparício Silva Rillo há uma vaga reservada para pessoa com deficiência e uma vaga para idoso, ambas com sinalização vertical e uso de Sinalização Internacional de Acessibilidade (SIA) colaboram para a circulação das pessoas e para o trânsito de veículos.

O Quadro 3 apresenta a avaliação do Estacionamento ou locais de embarque e desembarque de acordo com o Roteiro de Inspeção.

Dados Gerais da Organização / Estabelecimento		Museu Municipal Apparício Silva Rillo	Museu Casa de Getúlio Vargas	Memorial João Goulart	Museu Ergológico da Estância
Estacionamento ou locais de embarque e desembarque	sobre a existência do serviço	Local adequado para embarque e desembarque	Local adequado para embarque e desembarque	Local adequado para embarque e desembarque	Local adequado para embarque e desembarque
	sobre a distância do acesso a edificação	acessível	acessível	acessível	acessível
	referente ao estacionamento	Estacionamento em via pública	Estacionamento em via pública	Estacionamento em meio fio em área de estacionamento rotativo	Estacionamento em via pública

Quadro 3: Resumo do Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade

O Museu Ergológico de Estância apresenta jardins e calçadas com presença de degraus e obstáculos que em alguns momentos dificulta a locomoção de pessoas com deficiência na condição de cadeirante de maneira autônoma, o que não impede a visita com auxílio de um acompanhante ou atendente do próprio museu. O local é constantemente visitado por pessoas que se encantam com a paisagem do lugar e aproveitam para descansar e passear pelos jardins.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho avaliou a acessibilidade dos museus de São Borja destinados a atender a demanda do turismo e a demanda local de visitantes. O estudo buscou a compreensão de



conceitos em meio a bibliografia e documentos capazes de conceituar e esclarecer sobre turismo e acessibilidade. A pesquisa de campo utilizou questionários desenvolvidos pelo Ministério do Turismo voltados a obtenção de informações sobre acessibilidade. Depois da coleta de dados, estes foram organizados de forma que as informações pudessem ser descritas compondo um mapa da acessibilidade nos museus de São Borja.

A avaliação mostrou que os esforços realizados para adaptar os equipamentos turísticos ainda se mostram insuficientes para atender as necessidades da pessoa com deficiência na condição de mobilidade reduzida, mesmo que os museus recebam diariamente entre os visitantes, pessoas com deficiência. Os passeios públicos que ligam os equipamentos avaliados necessitam de adaptações e melhorias, principalmente nas calçadas, nos acessos, nas rampas e nas sinalizações para pedestres e sinalizações de trânsito.

É necessário implantar sanitários acessíveis, superar a falta de acessibilidade na estrutura física destes equipamentos públicos, promover qualificação dos envolvidos no processo de atendimento ao visitante, melhorar os acessos e os passeios públicos para somente então remover as barreiras culturais que impedem as pessoas com deficiência de praticar o turismo com autonomia e dignidade.

A avaliação da acessibilidade nos museus da cidade de São Borja poderá contribuir para que a gestão municipal invista na acessibilidade contribuindo para o setor turístico favorecendo as pessoas com mobilidade reduzida. Apesar dos obstáculos encontrados, em relação a acessibilidade, a cidade recebe diariamente visitantes que vem a procura da história Jesuítico-Guarani, dos feitos dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, da História da Guerra do Paraguai e da relação com a Argentina, aspectos que são parte do patrimônio histórico e cultural de São Borja.



REFERÊNCIAS

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, **DECRETO Nº 35.580, DE 11 DE OUTUBRO DE 1994**. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12649&hTexto=&Hid_IDNorma=12649> Acesso em: 30 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **ABNT NBR 9050, Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro, ABNT, 2015. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf> Acesso em: 21 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. 1. ed. Rio de Janeiro, ABNT, 2016. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_176.pdf> Acesso em: 21 dez. 2018.

BARBOSA, L. G. M. **Estudo de competitividade de produtos turísticos**. SEBRAE, Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_de_Competitividade_de_Produtos_Turxsticos.pdf> Acesso em 28 nov. 2018.

BENI, Mário Carlos, **Análise e Estrutura do Turismo**, 13. ed. SENAC, São Paulo, 1998.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 11 set. 2018

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4ª. ed. Brasília, 2012. Disponível em:

<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoa_scomdeficiencia.pdf> Acesso em: 15 mar. 2019.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**, São Paulo: Thonson, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>> Acesso em: 28 ago. 2018.



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO – IPHAE, **Bem Tombado**, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1994. Disponível em: <<https://iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15641>> Acesso em 15 mar. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO – IPHAE, **Bem Tombado**, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1994. Disponível em: <<https://iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15643>> Acesso em 15 mar. 2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO; Associação para valorização de pessoas com deficiência. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/adaptar/VOLUME_II-Mapeamento_e_Planejamento-Acessibilidade_em_Destinos_Turisticos.pdf> Acesso em: 15 mar. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **A inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho**. Comissão de Estudos para Inserção da Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/manual_ppd.pdf> Acesso em: 04 set. 2018.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PINTO, Muriel. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, Vol 04, Ano 02. Turismo cultural na Fronteira Missioneira Brasil-Argentina: Patrimônio, Identidade como atrativos Turísticos, 2010. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.04_Muriel_Pinto.pdf> Acesso em: 10 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. **Lei nº 2559, de 11 de dezembro de 1997**. Disponível em: <<http://www.camarasaoborja.rs.gov.br/lei.php?lei=2559>> Acesso em: 08 jun. 2018.

SOARES, Philype L.A.S. et al. **Projeto de Extensão, 1ª Amostra Fotográfica e Informativo de Turismo em São Borja**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. São Borja: Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, 2018.

YAZIGI, E. **A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo, Contexto, 2001.